

CONSTRUINDO A MEMÓRIA SOCIAL DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO HEITOR CARRILHO NO CONTEXTO DA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO: NARRATIVAS, IDENTIDADES E EXPERIÊNCIAS

Diana de Souza Pinto

Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO) –
dianap@globo.com

Francisco Ramos de Farias

Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO)

Lobélia da Silva Faceira

Professora da Escola de Serviço Social - UNIRIO

RESUMO ESTENDIDO

APRESENTAÇÃO

Este trabalho integra um projeto institucional interdisciplinar em desenvolvimento no PPGMS/UNIRIO. Objetiva investigar e construir a memória de uma instituição de custódia e tratamento, também conhecida como manicômio judiciário – que abriga criminosos considerados, pelo sistema judiciário, incapazes de avaliar seus atos no momento do crime cometido em função de um transtorno mental (PINTO & FARIAS, 2010; PINTO ET ALLI, no prelo).

Inicialmente, examinaremos os arquivos do Hospital de Custódia e Tratamento Heitor Carrilho, o primeiro manicômio judiciário do país, inaugurado em 1921, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Cabe destacar que o hospital de custódia e tratamento é gerido ao menos por três políticas públicas, sendo elas: o Sistema de Justiça Criminal, a política penitenciária e a de saúde mental (DAHMER, 2010).

Nosso trabalho é formado por um corpus variado e, para este estudo, focalizaremos documentos que ilustrem práticas institucionais desses mais de 80 anos de vida institucional.

Abordaremos, ainda, narrativas que emergem em interações com os profissionais das equipes multidisciplinares e também com o(a)s internado(a)s sobre a dinâmica da instituição, o crime cometido, as consequências de seus atos, o a experiência do confinamento e, sobretudo, suas percepções sobre as recentes mudanças institucionais face à política de progressiva desinstitucionalização ancorada na Lei Antimanicomial 10.216/2002 que preconiza o fechamento de hospitais de tal natureza (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2011). Objetivamos, assim, compreender melhor o contexto sócio-histórico de tais instituições híbridas (CARRARA, 2010).

ASPECTOS METODOLOGICOS

A investigação envolve três etapas metodológicas interdependentes: uma pesquisa documental, um levantamento etnográfico e entrevistas. Nossa reflexão sobre os registros consiste em: a) inicialmente, enfocamos os elementos presentes em cada um dos relatos que constituem uma parte da memória; b) em seguida, investigamos as narrativas com o objetivo de construir e compreender a memória da instituição e a maneira que tanto os internados quanto os profissionais e a equipe de gestão percebem a instituição e seu funcionamento; c) por fim, destacamos, dos dados analisados nas etapas anteriores, os pontos significativos que nos conduzirão à construção da memória institucional, assim como possíveis rupturas que possam isolar determinados componentes e relações que conectem sentidos diversos que orientam a dinâmica institucional.

Este trabalho ancora-se em interlocuções acadêmicas com base nas seguintes premissas: a) problematização das interconexões entre estratégias de pesquisa diversas que possam gerar tipos de corpora distintos; b) investigação aprofundada de conceitos de memória social (GONDAR E DODEBEI, 2005; JELIN, 2002) e institucional e suas relações no contexto específico de pesquisa na sobreposição entre os conhecimentos jurídico e clínico; c) a forma que a sobreposição de registros dos loucocriminosos ocorre durante a investigação jurídica e o tratamento psiquiátrico; d) o uso da análise do discurso na perspectiva sociointeracionista (GOFFMAN, 2002; GUMPERZ, 2002; TANNEN & WALLAT, 2002) como uma ferramenta metodológica adequada para evocar experiências vividas/narradas que emergem dos diferentes contextos sócio-políticos do mundo institucional e do mundo das narrativas (LINDE, 1993; MISHLER, 2001); e e) a discussão do envolvimento do pesquisador e da relação entre narrador e estória narrada (PINTO & NASCIMENTO, no prelo) baseada no paradigma de estudos de narrativa adotado na pesquisa. Igualmente

importante é a abordagem transdisciplinar para abordar as questões emergentes na interface entre criminologia e psicologia clínica.

DESENVOLVIMENTO

A dinâmica de uma instituição de tal natureza apresenta suas nuances próprias considerando o campo da memória social na medida em que abarca dois aspectos de exclusão: a doença mental e a criminalidade (PINTO ET ALIL, no prelo). Desta forma, construir a memória baseado em práticas rotineiras de uma instituição de custódia e tratamento no contexto da desinstitucionalização implica seguir caminhos específicos que considerem: a) o momento que antecede a entrada do sujeito na instituição, ou seja, o crime; b) o fato que os sujeitos compartilham o espaço institucional com a polícia, os agentes penitenciários e os profissionais de saúde mental; e c) a relação com outros sujeitos em condições semelhantes, isto é, todos os demais internados na instituição estão em privação de liberdade, e a insanidade, teoricamente, é o fator determinante ou, pelo menos, a justificativa para o crime. Acrescente-se, ainda, que, no contexto da desinstitucionalização, ela é tomada como um estado transitório que, amparada por dispositivos preconizados pela Lei 10.216, tais como os Centros de Assistência Psicossocial, residências terapêuticas, entre outros, permitirá ao sujeito ser tratado – e não mais custodiado – sem ser excluído do convívio social.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Considerando as orientações da psicopatologia forense, podemos afirmar que uma vez admitido, o loucocriminoso tem, inicialmente, dois destinos possíveis: ser tratado pelo seu transtorno mental e, após o tratamento, ser avaliado pelo perito que atesta a cessação de periculosidade, possibilitando ao juiz, portanto, a suspensão da medida de segurança; resulta daí o retorno de suas atividades no contexto das relações sociais. Porém, o juiz pode determinar sua permanência na instituição em função da natureza crônica de seu estado psíquico. Face às novas políticas de saúde mental orientadas pelo eixo da desinstitucionalização (HIRDES, 2009), como mencionado na introdução deste trabalho, o loucocriminoso será submetido a tratamento em instituições não totais, com o apoio da comunidade, visando “à sua reinserção psicossocial”, constituindo, assim, uma terceira alternativa que se delinea no cenário atual, a despeito da carência de dispositivos de natureza semelhantes no país. Assim, três questões tornam-se prementes: qual é o futuro dessas

instituições de natureza híbrida face às novas determinações em favor de desinstitucionalização? Qual é o futuro dos desinternados sem laços sociais no contexto da Rede de Saúde Mental na cidade do Rio de Janeiro, na qual os dispositivos oferecem atualmente apenas 35% de cobertura para a população como um todo? Qual será a posição do aparato legal relativa àqueles que cometem um crime em função de um transtorno mental e que são, assim, considerados inimputáveis? Face à iminente transformação da maneira como os louco-criminosos ou portadores de transtorno mental em conflito com a lei serão tratados no Brasil, a iniciativa de construir a memória social do Hospital Heitor Carrilho é significativa na medida em que, por um lado, passamos por um momento de transição no engendramento de políticas públicas para essa população; por outro, ela representa uma maneira de observarmos as orientações que direcionarão a mudança de olhar e percepção social sobre esse sujeitos.

Dada à especificidade dessa instituição e à natureza do louco-criminoso, este estudo adota uma abordagem inédita para discutir a questão da memória social na medida em que ambiciona ir além da apreciação dos aspectos documentais, históricos, políticos e ideológicos que a moldaram e ainda moldam. Para este fim, e considerando as pressuposições metodológicas, objetiva-se compreender a memória da instituição com base em observações etnográficas das práticas comunicativas que constituem as rotinas do hospital/prisão e as narrativas enunciadas por seus membros – internados, equipe de gestão, agentes penitenciários, peritos e profissionais de saúde mental. Consideramos, ainda, tratar os louco-criminosos como uma categoria na perspectiva etnometodológica com base nas experiências dos sujeitos acerca de cometer um crime e viver em uma instituição deste tipo.

REFERÊNCIAS

- CARRARA, S. “A história esquecida: os manicômios judiciários no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. Centro de Estudos do Crescimento e do Desenvolvimento do Ser Humano da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. 2010; 20(I): 16-29.
- DAHMER, T. M. “Quando o camburão chega antes do SAMU: notas sobre os procedimentos técnico-operativos do Serviço Social”. IN Valéria Forti; Yolanda Guerra. Organizadora. *m - Coletânea Nova de Serviço Social*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, Volume. 1, p. 163-181.
- GOFFMAN, E. “A situação negligenciada”. *Sociolinguística Interacional*. RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (orgs) Rio de Janeiro: Parábola, 13-20, 2002.
- GONDAR, J.; DODEBEI, V. O que é memória social? Rio de Janeiro: Contracapa. 2005.

GUMPERZ, J. “Convenções de Contextualização”. *Sociolinguística Interacional*. RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (orgs) Rio de Janeiro: Parábola, 149-182, 2002.

HIRDES, A. 2009. A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re)visão.

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000100036&script=sci_arttext.

Consultado em 18/06/2012.

JELIN, E. *Los trabajos de la memória*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

LINDE, C. (1993) *Life Stories: The Creation of Coherence*. NY: Oxford. University Press

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Parecer sobre medidas de segurança e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico sob a perspectiva da Lei 10.216/2001*. Brasília, DF, 2011. 2011.

MISHLER, Elliot G. “Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo.” In: MOITA LOPES, L. P.; BASTOS L. C. *Identidades –recortes multi e interdisciplinares*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

PINTO, D. S.; FARIAS, F. R.; GONDAR, J. O. “O crime e a loucura: construção da memória social das consequências do trauma”. IN TRIMBOLI, A. et. Alli. Organizadores. *Trauma, historia y subjectividad*. Buenos Aires: AASM, 2010.

PINTO, D. S.; FARIAS. F. R.; GONDAR, J. “Experiência traumática: a construção de memória no cenário do crime e da loucura”. PINTO, D.D.; FARIAS, F. R. *Novos Apontamentos em Memória Social*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

PINTO, D. S.; NASCIMENTO, U. Caminhos da Memória Social do Hospital de Custódia e Tratamento Heitor Carrilho: uma investigação filosófica. *Revista Psicanálise em Barroco*, no prelo.

TANNEN, D. & C. WALLAT. “Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação. Exemplos de um exame/consulta médica”. *Sociolinguística Interacional*. RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (orgs) Rio de Janeiro: Parábola, 183-214, 2002.